



E D I T A L

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005-2023-CP

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA

A Comissão de Licitação do Município de ITAITUBA, através da(o) FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, Decreto Federal nº 8.538/2015, e demais Leis Específicas atinentes a este procedimento licitatório, fará realizar licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA, do tipo menor preço, para atender o objeto constante deste Edital, mediante as condições a seguir estabelecidas:

HABILITAÇÃO PRÉVIA - RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO

LOCAL: ROD. TRANSAMAZONICA C/10ª RUA ANEXO AO GINÁSIO MUNI

DIA: 03 de Julho de 2023.

HORÁRIO: 10:00 horas.

1. Se no dia supracitado não houver expediente, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a esta CONCORRÊNCIA realizar-se-ão no primeiro dia útil de funcionamento que se seguir.

2. No local indicado serão realizados os procedimentos pertinentes a esta CONCORRÊNCIA, com respeito a:

2.1 - recebimento dos envelopes Documentação e Proposta;

2.2 - abertura dos envelopes Documentação e verificação da situação da licitante;

2.3 - abertura dos envelopes Proposta das licitantes habilitadas.

3. As decisões da Comissão de Licitação serão comunicadas mediante publicação, pelo menos

ROD. TRANSAMAZONICA C/10ª RUA ANEXO AO GINÁSIO MUNI

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE ITAITUBA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



por 01 (um) dia, salvo com referência àquelas que puderem ser comunicadas diretamente, mediante ofício, aos representantes legais das licitantes, principalmente, quanto a:

- 3.1 - habilitação ou inabilitação da licitante;
- 3.2 - julgamento das propostas;
- 3.3 - resultado de recurso porventura interposto;
- 3.4 - resultado de julgamento desta CONCORRÊNCIA.

4. A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito de condições do Edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, de preferência, até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data estabelecida no preâmbulo deste Instrumento Convocatório para a reunião de recebimento e abertura dos envelopes Documentação e Proposta.

5. A resposta da Comissão de Licitação ao pedido de esclarecimento formulado será divulgada mediante publicação, salvo com referência àquelas que puderem ser comunicadas diretamente, mediante ofício, aos representantes legais das licitantes.

DO OBJETO

6. A presente licitação tem como objeto a «OBJETO_LICITADO, » conforme nominados em projetos.

6.1. A perfuração de poços semiartesianos em Escolas do Município de Itaituba, mediante projetos, estimados em R\$ - 2.242.244,44 (Dois milhões, duzentos e quarenta e dois mil, duzentos e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), já com o BDI incluso de 29% (vinte e nove) por cento, conforme projetos aprovados em anexos do presente edital.

6.1.1. O objeto deste edital será licitado por lote, conforme dimensionado a seguir:

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | | | | |
|--|--|--|--|--|

6.1.1.1. Lote I - Creche B. V-Rua J. L. Paixiub/11 **Rua** Vlr. estimado R\$ 109.841,18

6.1.1.2. Lote II --Creche Piracaná-Rua Andiroba/L. V. do Piracaná Vlr. estimado R\$ 109.841,18

6.1.1.3. Lote III - EMEF Magalhães Barata /Tv. Rdo Preto/
Av. Rotary/Bela Vista Vlr. estimado R\$ 109.841,18

6.1.1.6. Lote IV - EMEF São Tomé, Rua N. Sra. do Bom Remédio/
Rua 20 Vlr. estimado R\$ 109.841,18

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE ITAITUBA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



- 6.1.1.4. Lote V - EMEF Mão Cooperadora /Tv. 13 de Maio/
R. J. Lourenço Paixiuba/Bairro Bela Vista Vlr.
estimado R\$ 109.841,18
- 6.1.1.5. Lote VI - EMEF Regina Maria Cruz Figueira/
L. Vale do Piracaná Vlr. estimado R\$ 109.841,18
- 6.1.1.6. Lote VII - M Madalena, Rua Universitária, B. M Madalena Vlr. estimado R\$
109.841,18
- 6.1.1.7. Lote VIII - EMEF Pres. Castelo Branco/Rua Vila Caçula Vlr. estimado R\$ 109.841,18
- 6.1.1.9. Lote IX - EMEF São José II/Estrada Transjuriti/
Comun. Alta Floresta Vlr. estimado R\$
109.841,18
- 6.1.1.10. Lote X - EMEF Jesus Virá/Rod. Stm/Cuiabá km 1435/
Vic 2/4/Comun. Bom Jesus Vlr. estimado R\$ 109.841,18
- 6.1.1.11. Lote XI - EMEF Fonte do Saber/Comun. São Fco-Km 10/
Estrada do Pimental Vlr. estimado R\$ 109.841,18
- 6.1.1.12. Lote XII - EMEF Pedro Alvarez Cabral/
Margem Direita do Rio Tapajós/L. do Ipaupixuna Vlr. estimado R\$
109.841,18
- 6.1.1.13. Lote XIII - EMEF Nova Aliança/
Estrada de Barreiras - Km 18 Vlr. estimado R\$ 109.841,18
- 6.1.1.13. Lote XIV - Igarapé-Açú, Comun. Igarapé Açú/
Marem direita do Rio Tapajós Vlr. estimado R\$ 109.841,18
- 6.1.1.14. Lote XV - EMEF Santa Rita/Estrada de Barreiras-Km 18/
Vicinal do São Benedito/Ramal do Machado Vlr. estimado R\$
109.841,18
- 6.1.1.15. Lote XVI - EMEF São Joaquim-
Transa. -BR 163-Km 40/Sentido Ruropolis Vlr. estimado R\$ 109.841,18
- 6.1.1.16. Lote XVII - EMEF Maria Nazaré, Comun. Nazaré/
Rod. Transa. Vlr. estimado R\$ 109.841,18
- 6.1.1.17. Lote XVIII - EMEF Maloquinha II Comun. JesusTe Ama Vlr. estimado R\$
187.472,19



6.1.1.18. Lote XIX - EMEF São Jorge Tadeu Comum. São Manuel Vlr. estimado R\$ 187.472,19

TOTAL GERAL DOS LOTES R\$ 2.242.244,44

6.2. OBSERVAÇÃO: A planilha de orçamento é padronizada para 17 lotes s/elevação e caixa d'água (LOTES: I a XVII). Outros 2 lotes com planilha de orçamento padronizadas c/elevação e caixa d'água (LOTES: XVIII e XIX). Portanto, deverá ser utilizada de acordo com a participação nos lotes de interesse da licitante, bem como identificar nas próprias planilhas o nome da obra e lote de participação.

6.3. Os valores determinados para cada lote supracitados acima, é o máximo aceito para apresentação de proposta de preços pelas empresas interessadas em participar do processo.

6.4. Os Projetos Básicos das obras além dos demais documentos deste procedimento licitatório são encontrados no arquivo eletrônico no Portal: www.tcm.pa.gov.br - no ícone geo-obras.

DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

7. Poderão participar desta CONCORRÊNCIA quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar e compatível com o objeto da licitação, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

8. Não poderão concorrer nesta CONCORRÊNCIA:

8.1 - consórcios de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;

8.2 - empresas que estejam suspensas de participar em licitação realizada pelo Município de ITAITUBA; e

8.3 - empresas que foram declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição.

8.4 - Para tanto a Comissão de Licitação verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF a regularidade das empresas e/ou profissionais participante do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, sendo vedada a participação na licitação ou contratação de empresa consta como impedida ou suspensa;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).



8.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.6. Constatada a existência de sanção, a Comissão de Licitação comunicará o licitante inabilitado, sua falta de condição de participação.

DO PROCEDIMENTO

9. O representante legal da licitante deverá entregar, impreterivelmente, seu credenciamento, os envelopes Documentação e Proposta até o dia, horário e local já fixados no preâmbulo. Em sendo Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nesse momento deverá comprovar essa situação através da Certidão Simplificada, expedida no exercício em curso pela Junta Comercial do local Sede da licitante. Caso a Certidão não comprove essa situação, a licitante não usufruirá dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e das alterações vigentes. Entregar ainda: Declaração de habilitação (cf. Anexo VII do edital) como prova que a licitante atende todas as exigências referentes à documentação da habilitação e Pen drive com arquivos eletrônicos na forma do item 32.2 do edital, devidamente preenchido com o mesmo valor unitário da proposta ofertada, sem alteração do formato original da planilha.

9.1 - Não será aceita, em nenhuma hipótese, a participação de licitante retardatária, a não ser como ouvinte.

10. Uma vez iniciada a abertura dos envelopes Documentação e Proposta, não serão permitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado final desta CONCORRÊNCIA, ressalvado o disposto na Condição 37.

11. Na primeira sessão, os envelopes contendo os documentos relativos à habilitação serão abertos, na presença das interessadas, pela Comissão de Licitação, que fará a conferência e dará vista da documentação, a qual deverá ser rubricada pelos representantes legais das licitantes presentes.

11.1 - Abertos os envelopes Documentação, a Comissão de Licitação, a seu juízo exclusivo, poderá apreciar os documentos de cada licitante e, na mesma reunião, divulgar o nome das habilitadas e das inabilitadas.

12. Para participar desta licitação independe de cadastramento da licitante no Município de Itaituba/Secretaria Municipal de Educação, basta apenas apresentar no dia da abertura da licitação os documentos de habilitação e proposta de preços.

13. Havendo irregularidade na fase de habilitação na licitação a licitante será penalizada nas condições do item 14 abaixo.

14. As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope Documentação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido nesta CONCORRÊNCIA ou com



irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.

15. Não sendo necessária a suspensão da reunião para análise da documentação ou realização de diligências ou consultas, a Comissão decidirá sobre a habilitação de cada licitante. Se, eventualmente, surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, as dúvidas serão consignadas em ata e a conclusão da habilitação dar-se-á em sessão convocada previamente, ou mediante ofício ou publicação.

16. Ocorrendo o desdobramento da sessão de habilitação, nova data e horário serão estabelecidos pela Comissão de Licitação para abertura dos envelopes Proposta.

16.1 - As licitantes serão convocadas a comparecerem, ficando os envelopes contendo as referidas Propostas sob a guarda da Comissão de Licitação, devidamente lacrados e rubricados no fecho pelos seus membros e pelos representantes legais das licitantes presentes.

17. Após a abertura dos envelopes Documentação, os demais, contendo a Proposta, serão abertos:

17.1 - Se houver renúncia registrada em ata ou formalizada por escrito de todas as licitantes ao direito de interposição de recurso; ou

17.2 - Após transcorrido o prazo regulamentar, sem que tenha havido interposição de recurso; ou

17.3 - Após dado o conhecimento do deferimento ou indeferimento do recurso interposto.

18. A abertura dos envelopes Documentação e Proposta será realizada em sessão pública, da qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos membros da Comissão de Licitação, consignando, se for o caso, os registros efetuados pelos representantes legais das licitantes presentes.

18.1 - Consideradas as ressalvas contidas neste Edital, qualquer reclamação deverá ser feita no ato da reunião pelos representantes legais das licitantes presentes; e

18.2 - a inabilitação da licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subseqüentes.

19. Todos os documentos e igualmente as propostas serão rubricados pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes legais das licitantes presentes à sessão.

19.1 - Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes Documentação e Proposta em único momento, em face do exame da documentação e da conformidade das propostas apresentadas com os requisitos do Edital, os envelopes não abertos já rubricados no fecho, ficarão em poder da Comissão de Licitação até a data e horários marcados para prosseguimento dos trabalhos.

20. Após a fase de habilitação, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.

20.1 - Ultrapassada a fase de habilitação das licitantes e abertos os envelopes Proposta, não caberá desclassificar as propostas de preços por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de



fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

21. É facultada à Comissão de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase desta CONCORRÊNCIA, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveriam constar originariamente da documentação e das propostas.

22. Considera-se como representante qualquer pessoa credenciada pela licitante, mediante contrato, procuração ou documento equivalente, para falar em seu nome durante a reunião de abertura dos envelopes, seja referente à documentação ou à proposta.

22.1 - Entende-se por documento credencial:

a) contrato social, quando a pessoa credenciada for sócia da empresa licitante, acompanhado da Cédula de Identidade dos sócios da empresa;

b) procuração ou declaração da licitante com poderes para que a pessoa credenciada possa falar em seu nome em qualquer fase desta licitação, acompanhada dos documentos expressos da alínea -a" do item 22.1 deste item;

22.2 - cada credenciado poderá representar apenas uma licitante;

22.3 - o documento credencial poderá ser apresentado à Comissão de Licitação no início dos trabalhos, isto é, antes da abertura dos envelopes Documentação e Proposta, ou quando esta o exigir;

22.4 - a não apresentação do credenciamento não inabilitará a licitante, mas impedirá o seu representante de se manifestar e responder em seu nome.

23. Os envelopes contendo as propostas das licitantes inabilitadas ficarão à disposição das mesmas pelo período de 10 (dez) dias úteis, contados do encerramento da licitação (transcorrido o prazo regulamentar para interposição de recurso contra o resultado da licitação ou, se for o caso, quando denegados os recursos interpostos), após o que serão destruídos pela Comissão de Licitação.

DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

24. Até o dia, horário e local fixados no preâmbulo deste Edital, cada licitante deverá se apresentar à Comissão de Licitação além de sua documentação e proposta de preços, em envelopes separados, fechados e rubricados no fecho; e ainda os demais documentos fora dos envelopes:

a) Credenciamento;

b) Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial da sede local da licitante do ano em curso se a licitante for ME ou EPP;

c) Declaração de habilitação (Anexo VII);

d) Pen drive com planilha orçamentária em arquivo eletrônico, devidamente preenchido com o mesmo

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE ITAITUBA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



valor unitário da proposta ofertada, sem alteração do formato original da planilha, no interior do envelope de proposta de preços.

e) Proposta escrita e a documentação, em envelopes separados, fechados e rubricados no fecho e, de preferência, opacos, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além da razão social da licitante, os seguintes dizeres:

CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 005-2023-CP

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA

DOCUMENTAÇÃO - ENVELOPE Nº 1

PROPONENTE: _____

CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 005-2023-CP

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA

PROPOSTA - ENVELOPE Nº 2

PROPONENTE: _____

DA DOCUMENTAÇÃO - ENVELOPE Nº1

25. A DOCUMENTAÇÃO para habilitação far-se-á mediante a apresentação de documentos tratados nos artigos 27 a 31 da Lei n.º 8.666/93, devendo ser entregues numerados, de preferência, sequencialmente e na ordem a seguir, a fim de permitir maior rapidez durante a conferência e exame correspondente.

25.1 - Relativos à Habilitação Jurídica:

25.1.1 registro comercial, no caso de empresa individual;

25.1.2 ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

a) os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

25.1.3 inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e



25.1.4) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

25.2 - Relativos à Regularidade Fiscal:

25.2.1 prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

25.2.2 prova de inscrição no Cadastro de contribuintes estadual, ou municipal ou distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado

a) em razão do objeto do certame se referir a prestação de serviços, a licitante estará obrigada a apresentação da inscrição municipal;

25.2.3 prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

a) faz parte da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, a Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal.

25.2.4 prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

25.2.5. Alvará de Licença de Funcionamento, expedido na Sede da Licitante

25.3 - Relativa à Qualificação Técnica:

25.3.1 Certidão de registro da licitante no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA (geólogo ou engenheiro mina); ambos das regiões a que estão vinculadas; constando o responsável ou responsáveis técnicos da empresa, com validade no presente exercício.

25.3.2 Certidões de Registros individuais dos Profissionais Técnicos da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, constando o nome da empresa que é ou são Responsáveis Técnicos, das regiões que estão vinculados, constando o nome da empresa que são Responsáveis Técnicos, com validade no presente exercício.

25.3.3 Comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" do artigo 30 da Lei 8.666/93 e alterações vigentes será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente, registrado nas entidades profissionais competentes, inclusive, com a(s) planilha (s) de orçamento, limitadas as exigências a:

25.3.4 capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de Certidão de Acervo Técnico-CAT com



atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes registradas na entidade profissional competente (CREA), inclusive com a planilha orçamentária que compõe o ACERVO TÉCNICO, limitada esta exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994), devendo ser comprovado através dos documentos:

a) Certidão de Acervo Técnico-CAT (composta com a(s) planilha(s) orçamentaria(s)) - Instrumento que certifica, para os efeitos legais, que consta nos assentamentos do CREA as anotações de responsabilidade técnica pelas atividades consignadas no acervo técnico do profissional, Resolução nº 1.025, de 30/10/2009.

b) Atestado de responsabilidade técnica do profissional exigido no item 25.3 e nos subitens 25.3.3 e 25.3.4 por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação (composta por planilha(s) orçamentária(s), vedada as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; devidamente reconhecida pela entidade profissional competente (registrada no CREA) (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994) (Art. 57, § Único da Resolução nº 1.025, de 30/10/2009).

b.1) As parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação exigidos nas alíneas ~~a~~ e ~~b~~ do subitem 25.3.4 a Administração definiu como critério comparativo os quantitativos e serviços constantes na(s) planilha(s) orçamentária(s) dos projetos e lotes do edital, como se descreve no: Subitem 1.2.1 do item 1.2 - PERFURAÇÃO EM SOLO E ROCHAS SEDIMENTARES, comparada(s) a(s) Planilha(s) apresentadas juntas ao ACERVO TÉCNICO da licitante.

b.2) As exigências dispostas na alínea b.1 do item 25.3.4 acima em relação a comprovação de acervo técnico terão de ser apresentados de acordo com o número de lotes pretendidos pela licitante, por exemplo, se a licitante apresentar proposta, apenas, para um lote, o acervo técnico será correspondente a ele ou superior; caso contrário terá que apresentar, também, para os demais lotes; isso significa que a licitante terá que apresentar, em seu acervo, os quantitativos e serviços em números equivalentes aos lotes pretendidos.

b.3) O Acervo Técnico com Atestado poderá ser apresentado tanto por um quanto por outro, dos profissionais exigidos neste edital.

b.4) Em detrimento dos Acórdãos 2.088/2004 e 2383/2007, todos do TCU-Plenário), será aceito o acervo técnico do licitante até 50% da exigência prevista nos termos das alíneas b.1, acima citadas, em comunhão com a SUMULA Nº 263/2011 DO TCU.

25.3.5 - declaração da licitante de que, por intermédio de geólogo ou engenheiro de mina, devidamente credenciado para esse fim, vistoriou o(s) local(ais) da(s) obra(s) e de que é detentora de todas as informações relativas à sua execução; anexo IV-B do Edital (modelo de Declaração);

25.3.6 - declaração fornecida pela licitante comprovando que recebeu todos os documentos necessários ao cumprimento do objeto desta CONCORRÊNCIA; anexo IV-C (modelo de Declaração);

25.3.7 - declaração, observadas as penalidades cabíveis, da superveniência de fato



impeditivo da habilitação (exigível somente em caso positivo); anexo IV-D(modelo de Declaração);

25.3.8 - declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, anexo IV-E (modelo de Declaração).

25.3.9 - Declaração de Inexistência de Servidores no Quadro Pessoal da Empresa Licitante, anexo VI do edital.

25.4 - Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir.

Observações: serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

1) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

- publicados em Diário Oficial; e
- publicados em jornal de grande circulação; e
- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

3) sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996 - Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES":

- por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE ITAITUBA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



equivalente; ou

- por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

4) sociedade criada no exercício em curso:

- por fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

5) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

b) a boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

LG = ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

SG = ATIVO TOTAL

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

LC = ATIVO CIRCULANTE

PASSIVO CIRCULANTE

b.1) as fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço;

b.1.1) caso o memorial não seja apresentado, a Comissão de Licitação reserva-se o direito de efetuar os cálculos;

b.2) se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente;

c) certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE ITAITUBA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



d) comprovação de capital social ou patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação (exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) nos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral);

e) Apresentar garantia da proposta, sobre valor estimado por lote de R\$ 1.098,41 (um mil, noventa e oito reais e quarenta e um centavos), isto quer dizer se a licitante pretender participar com mais de um lote deverá multiplicar esse valor 2 e assim sucessivamente até o limite de XIX OLOTES, nos termos do caput e §1º do Art. 56 da Lei das Licitações, devendo o comprovante de recibo de caução de pagamento e da apólice de seguro ser apresentado juntamente com os Documentos de Habilitação (ENVELOPE '01'- DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO). A CAUÇÃO poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

e.1) Caução em dinheiro depositado através de depósito identificado em conta específica da Prefeitura mantida no Banco do Brasil, AGÊNCIA: 0754-4, CONTA CORRENTE: 56.939-9 em nome do Município de Itaituba;

e.2) Caução em títulos da dívida pública, com liquidez no exercício em serem apresentados em garantia, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, que será realizada conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

e.3) Seguro Garantia, emitido por empresa devidamente licenciada para funcionar em território nacional, com especificação do beneficiário como sendo o Município de Itaituba com validade mínima de 150 (cento e cinquenta) dias contados a partir do término de validade da proposta;

e.4) Fiança Bancária.

e.5) Todos os tipos de caução deverão, imperiosamente, estar acompanhados dos recibos de pagamentos, correspondentes as suas modalidades, ou outros documentos comprobatórios de suas autenticidades.

f) A devolução da garantia da proposta ocorrerá:

f.1) Para os licitantes desclassificados e inabilitados, após o resultado desclassificação e da habilitação, respectivamente. Para os demais licitantes, logo após o que ocorrer primeiro: Assinatura de contrato ou o fim de validade da proposta.

Observações:

1) as declarações relacionadas exigidas neste Edital (exceto aquela que serão expedidas pela Comissão de Licitação), deverão estar emitidas em papéis timbrados dos Órgãos ou Empresas que as expediram;

2) o representante legal que assinar, pela empresa licitante, deverá estar credenciado para esse fim, e ser comprovado se a Comissão de Licitação vier a exigir;



26. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

27. Em nome da licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo:

ou

a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

c) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

d) os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) da licitante;

28 - documentos com datas de validades ou vencimentos (como é o caso de certidões) terão de ser observados, porque ocasiona inabilitação da licitante. Salvo as ME e EPP nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações vigentes.

29. Os documentos exigidos nesta CONCORRÊNCIA poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia, autenticada por Cartório competente ou por membro da Comissão de Licitação, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

30. Os documentos serão autenticados pela Comissão de Licitação, a partir do original, até o final do expediente do último dia útil que anteceder o dia marcado para o recebimento e abertura dos envelopes Documentação;

30.1 - serão aceitas somente cópias legíveis;

30.2 - não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas; e

30.3 - a Comissão de Licitação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.

DA VISTORIA

31. A licitante deverá vistoriar o(s) local(is) onde será executada(s) as obra(s) objeto desta CONCORRÊNCIA, por intermédio do responsável técnico da empresa reconhecido pela Entidade Profissional Competente, para inteirar-se das condições e do grau de dificuldades existentes, em companhia do Profissional Técnico da Educação/PMI, que na ocasião visará à declaração de vistoria anexo IV-B (modelo de Declaração de Vistoria), bem como a carta de autorização do representante de legal da empresa para realizar a visita técnica junto a Secretaria Municipal de Educação do Município de Itaituba; conforme anexo IV do edital.

31.1. A comprovação do responsável técnico da empresa, será feito através da



apresentação da Certidão de registro da licitante no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, constando o nome do Responsável Técnico, ou ainda, com a Certidão de Registro individual do Profissional Técnico da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, constando o nome da empresa que é Responsável Técnico, com validades no presente exercício.

31.2. A obrigatoriedade da realização de vistoria técnica nos locais onde serão realizadas a perfurações de poços, se dá, haja vista, a maioria encontrarem-se em áreas da Zona Rural, distantes da sede Municipal de Itaituba e que na oportunidade as licitantes além de conhecerem os locais dos serviços/obras, conhecerão, também, o acesso e as adversidades e contratempos e despesas que terão para chegar aos locais respectivos.

31.3 - O horário da visita deverá ser previamente agendado no da Diretoria Técnica da Secretaria Municipal de Infraestrutura pelo telefone: (93) 99167-9606.

31.4 - O responsável técnico da empresa, para efetuar a vistoria técnica, deverá apresentar-se na Diretoria Técnica da Secretaria Municipal de Infraestrutura, localizada na Rodovia Transamazônica km 01, nº s/n, Bairro Floresta, Itaituba-PA, munido dos documentos constantes no item 31 e um dos documentos do subitem 31.1 deste edital;

31.5 - Vistoria técnica: O proponente interessado neste certame, deverá agendar visita técnica até o 15/06/2023, no horário das 08h00min às 14h00min, hora local; para realizar-se-á entre os dias 16; 19; 20, 21, 22 e 23, 26 e 27 de 2023, de acordo com o agendamento, previsto no item 31.2 deste edital.

31.6. Após a Vistoria o Responsável Técnico da empresa receberá uma declaração de vistoria técnica (Anexo IV-B do edital), devidamente assinada pelos Responsáveis técnicos da Prefeitura de Itaituba e da proponente interessada em participar do certame.

DA PROPOSTA - ENVELOPE Nº 2

32. As propostas contidas no Envelope nº 2 deverão ser apresentadas da seguinte forma:

32.1 - em original, de preferência emitida por computador ou datilografada, em uma única via, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas;

32.2 - Em arquivo eletrônico, por meio de pen drive, assinada digitalmente, sendo que, em especialidade, as planilhas de orçamentos, cronogramas físico-financeiros, planilhas de composição de custos unitários, deverão ser entregues em arquivos: PDF e EXCEL.

32.3 - fazer menção ao número desta Concorrência e conter a nome comercial da licitante, o CNPJ, número(s) de telefone(s) e de fax e e-mail, se houver, e o respectivo endereço com CEP, bem como banco, a agência e os respectivos códigos e o número da conta para efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento;

32.4 - indicação dos preços;



32.5 - indicação dos prazos;

32.6 - apresentar a(s) planilha(s) orçamentária (s) do objeto (s) ofertado(s), bem como os valores unitários sem BDI, valor BDI, valor total do item com BDI. Valor total da Planilha; valor total do BDI da planilha e valor total com BDI da planilha, na forma dos lotes e projetos deste edital;

32.7 - apresentar o(s) Cronograma(s) Físico-Financeiro(s) objeto ofertado, conforme as planilhas de orçamento padronizadas em anexo a este edital, correspondente a seus lotes;

32.8 - apresentar a tabela com os elementos de composição do BDI, conforme a planilha padronizadas e projetos deste edital, limitado aos percentuais constantes no projeto básico, nos termos dos limites do ACORDÃO DO TCU. Caso contrário às propostas apresentadas em desobediência a esta exigência, serão desclassificadas.

32.9 - apresentar planilha(s) de composição dos encargos sociais, levando em conta aos padrões constantes no(s) Projeto(s). Isto quer dizer se os custos tiveram base de cálculos DESONERADOS os encargos deverão também utilizar o mesmo e o mês de referência, se tiver NÃO DESONERADOS deverão utilizar o mesmo, e assim sucessivamente. Se estes cálculos forem apresentados em contrário, a(s) proposta(s) da(s) licitante(s) será desclassificada(s).

32.10 - apresentar o relatório de composição de custo unitários (item a item), referente às planilhas de orçamentos dos respectivos lotes ofertados pela licitante. A composição de custos das obras deve representar o valor fiel da planilha de orçamento sob pena de desclassificação da proposta, por quaisquer que seja o descompasso/erros existente entre o relatório de composição de custo e a planilha de orçamento, o cronograma físico-financeiro e o BDI. Neste caso a proposta da licitante deverá ser desclassificada.

32.11 - Apresentar Declaração de elaboração independente de proposta, anexo V do edital;

32.12 - apresentar Declaração, que em caso de contemplada no procedimento licitatório, que fará o seguro-garantia do contrato, nos termos do item 67 deste edital, antes do prazo concedido para sua assinatura.

32.13 - declarar na proposta de preços que assinará o contrato físico e digital, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data de convocação realizada pelo Município de Itaituba.

32.14 - quaisquer outras informações julgadas necessárias e convenientes pela licitante.

33. A licitante deverá, para fins de elaboração da(s) proposta(s), verificar e comparar os elementos de sua proposta com o projeto anexo do edital.

33.1 - No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à licitante formular imediata comunicação escrita à Comissão de Licitação, para fins de esclarecimento por parte da Comissão.

34. Em nenhuma hipótese o conteúdo da proposta poderá ser alterado, seja com relação a prazo



de entrega, prazo de garantia e preço da(s) obra(s), ou de qualquer outra condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas aquelas destinadas a sanar apenas falhas formais, alterações essas que serão analisadas pela Comissão de Licitação, nas condições dispostas nos subitens seguintes:

34.1 - Será solicitada correção automaticamente pela Comissão de Licitação de erros de soma e/ou multiplicação que porventura ocorrerem entre o preço unitário e o total do item, quando prevalecerá sempre o primeiro, nesse caso se estiver errado o "primeiro" a proposta poderá ser desclassificada;

34.2 - a falta de data, assinatura e/ou rubrica nas declarações elaboradas pela própria licitante ou na proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes Documentação e Proposta com poderes para esse fim; e

34.3 - a falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados dentro do Envelope n.º 01 - DA DOCUMENTAÇÃO.

DOS PREÇOS

35. A licitante deverá indicar os preços unitários e total por item, fixos e irrevogáveis e, ainda, o valor total por lote, em conformidade ao exigido no item 32.6 deste edital.

35.1 - Para efeito de elaboração da proposta não poderão ser alterados os quantitativos indicados nas planilhas de orçamento do Município de Itaituba;

35.2 - caso haja alguma divergência de cálculos entre os valores unitários e o valor total dos itens da planilha de orçamento ofertada, a Comissão de Licitação reserva-se o direito de solicitar que a licitante faça a correção dos cálculos da proposta, desde que preservado o valor unitário. A soma dos itens da planilha poderá ser corrigida, desde que tenha ocorrido por falha no procedimento da soma ou por causa da correção dos cálculos unitários e total do item.

35.3 - a licitante deverá indicar na(s) planilha(s) de orçamento(s) o(s) percentual(is) do BDI, limitado a 29%, conforme consta nos projetos básicos.

35.4 - o valor da proposta da licitante não deverá ser superior ao valor estimado por lote da obra pelo Órgão Licitante, inclusive os valores unitários.

35.5 - Os valores de apuração utilizados na planilha orçamentária foram realizados com base na tabela SINAPI/PA/01/2022, SEDOP/PA/02/2022 DESONERADO e PRÓPRIO.

36. Nos preços cotados deverão estar inclusos os encargos sociais e trabalhistas, todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e máquinas necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, enfim, quaisquer outras despesas necessárias à realização da(s) obra(s), bem assim, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

37 - A cotação apresentada e levada em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.



38. Só serão aceitas cotações em moeda nacional, ou seja, em Real (R\$), até duas casas após a vírgula, em algarismos arábicos e, de preferência, também por extenso, prevalecendo este último, em caso de divergência, desprezando-se qualquer valor além dos centavos.

DOS PRAZOS

39. A(s) Perfuração de poços objeto deste edital deverá(ão) ser executada(s) no prazo máximo de 60 dias, contados a partir da Ordem de Serviço emitida pela Secretaria de Educação do Município de Itaituba; podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/96, de acordo com os ditames específico ao objeto deste edital.

39.1 - O prazo para início da(s) obra(s) será de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço expedida pela Secretaria Municipal de Educação;

39.2 - qualquer serviço a ser realizado aos sábados, domingos e feriados, deverá ser previamente comunicado a Secretaria Municipal de Educação;

40. O prazo de garantia da(s) obra(s) não poderá ser inferior à 5 (cinco) anos, contado do Termo de Recebimento Definitivo das escolas a ser emitido por Comissão designada pela autoridade competente.

41. A proposta deverá ter a validade mínima de 60 (sessenta) dias, contada da data estabelecida no preâmbulo deste edital para o recebimento dos envelopes Documentação.

42. Caso os prazos estabelecidos nas Condições anteriores não estejam expressamente indicados na proposta, os mesmos serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.

43. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse do CONTRATANTE, poderá ser solicitada prorrogação da validade referida da referida proposta, por igual prazo, no mínimo.

44. Decorridos 60 (sessenta) dias da data prevista para o recebimento e abertura dos envelopes Documentação e Proposta, sem a solicitação de prorrogação de prazos ou a convocação para celebração do contrato, respectivamente, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

DO TIPO DE LICITAÇÃO

45. Trata-se de CONCORRÊNCIA, do tipo menor preço global por lote, enquadrada no art. 45, § 1º, inciso I da Lei nº 8.666/93.

DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

46. Após a análise das propostas, serão desclassificadas, com base no artigo 48, incisos I e II da Lei nº 8.666/93, as propostas que:

46.1 - apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que



comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto; e

46.2 - não atenderem às exigências contidas neste procedimento licitatório.

47. Consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração; ou

b) valor orçado pela Administração.

47.1 - Das licitantes classificadas na forma das alíneas "a" e "b" cujo valor do lote da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas acima mencionadas, será exigida, para assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93, igual a diferença entre o valor resultante do parágrafo anterior e o valor da correspondente proposta.

48. Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão de Licitação poderá fixar às licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação e/ou de outras propostas, escoimadas das causas referidas nas Condições anteriores.

DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

49. Após analisar a conformidade das propostas com o estabelecido neste edital e seus Anexos será declarada como mais vantajosa para a Administração a oferta de menor preço global por lote.

49.1. À Comissão de Licitação, além do recebimento e exame das propostas, caberá o julgamento da obediência às Condições aqui estabelecidas, bem, ainda, em seus Anexos, e a decisão quanto às dúvidas ou omissões deste Edital.

50. A Comissão de Licitação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar-se na sua decisão.

50.1 - A Comissão de Licitação efetuará análise individual dos preços do item, total do item e total da proposta da licitante.

50.1.1 - Caso se verifique na proposta ocorrência com preços manifestamente superiores aos orçados pela Diretoria Técnica da Secretaria Municipal de Infraestrutura, deverão ser estabelecidas, por meio de acordo com a licitante ofertante do menor preço, novas bases condizentes com os custos envolvidos.

51. Considera-se menor preço global por lote o valor total apurado na proposta, ou seja, o somatório de todos os itens da(s) planilha(s) de preços apresentada(s) pela proponente.



52. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, preço ou vantagem baseados nas ofertas das demais licitantes.

53. Não se admitirá proposta que apresentar preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este edital não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

54. As propostas empatadas na condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, que estejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada, poderão apresentar proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado, desde que:

54.1. Sua proposta seja a mais bem classificada dentre as empatadas na condição do anterior;

54.2. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 54.1 do item 54 do presente edital, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 54.1 do respectivo edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

54.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens 54 e 54.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

54.4 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 54.2 deste edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

DO DESEMPATE

55. Em caso de empate entre duas ou mais propostas não enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, será garantida a preferência as empresas nacionais.

55.1. Na hipótese de persistir o empate a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio em ato público, para o qual todas as licitantes que estejam nessa condição serão convocadas.

DO DIREITO DE PETIÇÃO

56. Observado o disposto no artigo 109 da Lei n.º 8.666/93, a licitante poderá apresentar recurso ao Presidente da Comissão de Licitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de habilitação ou inabilitação da licitante ou do julgamento das propostas, anulação ou revogação deste procedimento.

56.1 Será desconsiderado o item anterior, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que for adotada a decisão, tanto para o julgamento da habilitação e/ou para o julgamento da fase da proposta de preços, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata,



nos termos preconizado no §1º do artigo 109 da Lei nº 8.666/93 e alterações vigentes.

56.2 - Para efeito do disposto no § 5º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, ficam os autos desta CONCORRÊNCIA com vista franqueada aos interessados.

57. Interposto, o recurso será comunicado às demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis. Findo esse período, impugnado ou não o recurso, a Comissão de Licitação poderá, no prazo de 05(cinco) dias úteis, reconsiderar a sua decisão ou fazê-lo subir, devidamente informado, ao ordenador de despesas do Município de ITAITUBA, através da (o) Presidente do TFUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

58. Quaisquer argumentos ou subsídios concernentes à defesa da licitante que pretender reconsideração total ou parcial das decisões da Comissão de Licitação deverão ser apresentados por escrito, exclusivamente, anexando-se ao recurso próprio.

58.1 - O recurso interposto deverá ser comunicado à Comissão de Licitação, logo após ter sido protocolizado no Serviço de Protocolo do Município de ITAITUBA.

DA ADJUDICAÇÃO

59. A execução da(s) obra(s) correspondente ao objeto deste edital será adjudicada a empresa vencedora por lote, depois de atendidas as Condições deste Edital.

DO TERMO DE CONTRATO

60. Sem prejuízo do disposto no Capítulo III a IV da Lei n. º 8.666/93, o contrato será formalizado e conterà, necessariamente, as Condições já especificadas neste Ato Convocatório.

61. Quaisquer condições apresentadas pela licitante vencedora em sua proposta, se pertinentes, poderão ser acrescentadas ao contrato a ser assinado.

DA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO

62. A Secretaria Municipal de Educação do Município de ITAITUBA convocará oficialmente a licitante vencedora, durante a validade da sua proposta para, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, assinar físico e digital o contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

63. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de ITAITUBA.

64. É facultado a Secretaria Municipal de Educação do Município de ITAITUBA, através da(o) FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, quando a convocada não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidos, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos



preços atualizados, ou revogar esta CONCORRÊNCIA, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

65. - A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

66. O disposto no subitem anterior não se aplica às licitantes convocadas nos termos do art. 64, § 2º da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço.

DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

67. Será exigida da licitante vencedora a apresentação à Administração, como condição para assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente a 2% (dois por cento) do valor global por lote da proposta adjudicada, com validade para todo o período de execução da(s) obra(s), mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

67.1 - caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

67.1.1 - a garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser efetuada na Agência: 0754-4 - Conta Corrente: 56.938-0, em favor do Município de Itaituba.

67.2 - seguro-garantia;

67.3 - fiança bancária.

68. No caso de rescisão do contrato, por culpa da licitante vencedora, não será devolvida a garantia, responsabilizando-se a licitante por perdas e danos causados a Secretaria Municipal de Educação do Município de ITAITUBA, além de sujeitar-se a outras penalidades previstas na lei.

69. Havendo quaisquer ocorrências em relação à execução do contrato, que por ventura seja aplicada multa ou que a CONTRATANTE tenha sofrido prejuízo resultante de obra(s) de má qualidade executado pela CONTRATADA, será descontada da garantia.

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

70. A vigência do contrato será de 180 dias, a partir da data de sua assinatura, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último; podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/96, de acordo com os ditames específico ao objeto deste edital.

DOS ENCARGOS DA CONTRATANTE E DA LICITANTE VENCEDORA

71. Caberá a Secretaria Municipal de Educação do Município de ITAITUBA, através da(o) FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

71.1 - permitir o livre acesso dos empregados da licitante vencedora ao(s)local(is) das obra

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE ITAITUBA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



(s);

71.2 - prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Preposto ou Responsável Técnico da licitante vencedora;

71.3 - acompanhar e fiscalizar o andamento da(s) obra(s), por intermédio de fiscal para tanto formalmente designada;

71.4 - autorizar quaisquer serviços pertinente a(s) perfuração de poços, decorrentes de imprevistos durante o(s) serviços, mediante orçamento(s) detalhado(s) e previamente submetido e aprovado(s) pela Secretaria Municipal de Educação do Município de ITAITUBA, desde que comprovada a necessidade deles;

71.5 - rejeitar quaisquer obra(s) executada(s) equivocadamente ou em desacordo com as orientações passadas pela Secretaria Municipal de Educação do Município de ITAITUBA ou com as especificações constantes deste Edital;

71.6 - solicitar que seja refeita execução da(s) obra(s) recusada(s), de acordo com as especificações constantes no(s) projeto(s) anexo deste Edital;

71.7 - atestar as notas fiscais/faturas correspondente e fiscalizar a(s) obra(s), por intermédio de servidor da Secretaria Municipal de Educação do Município de ITAITUBA, especialmente designado para esse fim..

72. Caberá à licitante vencedora:

72.1 - ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução da(s) obra(s), tais como:

- a) salários;
- b) seguros de acidente;
- c) taxas, impostos e contribuições;
- d) indenizações;
- e) vales-refeição;
- f) vales-transporte; e
- g) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

72.2 - manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares da Secretaria Municipal de Educação do Município de ITAITUBA, porém, sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;

72.3 - manter, ainda, os seus empregados identificados, quando em trabalho, devendo

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE ITAITUBA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da Secretaria Municipal de Educação do Município de ITAITUBA;

72.4 - responder pelos danos causados diretamente a Secretaria Municipal de Educação do Município de ITAITUBA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, em detrimento da(s) obra(s), não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela(o) FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

72.5 - responder, também, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade da Secretaria Municipal de Educação do Município de ITAITUBA, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a(s) execução da perfuração de poço(s);

72.6 - arcar com despesas decorrentes de quaisquer infrações, seja qual for, desde que praticada por seus empregados em serviços;

72.7 - assumir inteira e total responsabilidade pela execução do(s) projeto(s), pela resistência, estanqueidade e estabilidade de todas as estruturas dos serviços /obras realizadas);

72.8 - verificar e comparar todos os projetos fornecidos para a realização dos serviços/obras:

a) no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à licitante formular imediata comunicação escrita ao Município de ITAITUBA, de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento do objeto deste certame.

72.9 - reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, as obra(s) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização;

72.10 - providenciar, por conta própria, toda a sinalização necessária à execução da(s) obra (s), no sentido de evitar quaisquer tipos de acidente;

72.11 - fornecer instalações adequadas para a fiscalização da(s) execução e perfuração de poço(s);

72.12 - instalar placa(s) de identificação sob a(s) obra(s) com os dados necessários e na forma da legislação pertinente;

72.13 - remover o entulho e todos os materiais que sobrarem, promovendo a limpeza do(s) local(is) da(s) perfuração de poço(s), durante todo o período de execução e, especialmente, ao seu final;

72.14 - prestar a garantia em relação a(s) obra(s), exigida no presente Edital, conforme o disposto no § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93;

72.15 - permitir, aos técnicos da Secretaria Municipal de Educação do Município de Itaituba e

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE ITAITUBA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



àqueles a quem a Secretaria de Educação formalmente indicar, acesso às suas instalações e a todos os locais onde estiverem sendo estocados materiais relacionados com o objeto da licitação;

72.16 - comunicar a Secretaria Municipal de Educação do Município de Itaituba, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

72.17 - responsabilizar-se pela operação, manutenção e segurança do(s) canteiro(s) de execução de perfuração de poço(s), vigilância, organização e manutenção do esquema de prevenção de incêndio, bem como outras construções provisórias necessárias, conforme previsto nas Especificações Técnicas;

72.18 - responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição de equipamentos, materiais empregados na(s) execução de perfuração de poço(s) da Secretaria de Educação do Município de Itaituba e pelos atrasos acarretados por esta rejeição;

72.19 - responsabilizar-se por transporte, equipamentos e materiais necessário para a execução da(s) perfuração de poço(s), bem como por ensaios, testes ou provas necessários, inclusive os males executados;

72.20 - providenciar, às suas expensas, atestado de similaridade de desempenho dos materiais apresentados, junto a instituições ou fundações capacitadas para este fim, quando do uso de similar ao descrito nas Especificações Técnicas, sempre que a fiscalização da Secretaria Municipal de Educação julgar necessário;

72.21 - exigir de seus subcontratados, se for o caso, cópia da ART da(s) obra(s) a ser realizada, apresentando-a à Unidade de fiscalização da Secretaria de Educação do Município, quando solicitado;

72.22 - responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento da(s) perfuração de poços, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar andamento conveniente dos trabalhos;

72.23 - submeter à aprovação da Autoridade Competente da Secretaria Municipal de Educação em conjunto com seus técnicos, o(s) nome(s) e o(s) dado(s) demonstrativo(s) da respectiva capacidade técnica do responsável técnico que, porventura, venha a substituir o originalmente indicado;;

72.24 - garantir, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, as obras executadas, contados a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme artigo 618 do Código Civil Brasileiro;

72.25 - durante o período de garantia, a licitante vencedora deverá, sob pena de ser incluída no cadastro de empresas suspensas de participar em licitação realizada pela Secretaria de Educação do Município de Itaituba, atender aos chamados da Contratante no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial; e

72.26 - manter, durante toda a execução da obra em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital;



72.27. conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos Órgãos de Controle Interno e Externo, em consonância com o Art. 43 da Portaria Interministerial 424/2018.

73. Caberá, ainda, à licitante vencedora, como parte de suas obrigações:

73.1 - efetuar o registro do contrato no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, em cumprimento ao disposto na Lei nº 6.496, de 07.12.77;

73.2 - indenizar ou restaurar os danos causados às vias ou logradouros públicos;

73.3 - remanejar quaisquer redes ou empecilhos, porventura existentes no(s) local(is) da(s) obra(s);
e

73.4 - cumprir cada uma das normas regulamentadoras sobre Medicina e Segurança do Trabalho.

DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS.

74. À licitante vencedora caberá, ainda:

74.1 - assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Secretaria Municipal de Educação do Município de ITAITUBA;

74.2 - assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer da execução da(s) obra(s) ou em conexão com elas;

74.3 - assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à execução da(s) obra(s), originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou continência; e

74.4 - assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste procedimento.

75. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos na Condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento a Secretaria de Educação do Município de Itaituba, nem poderá onerar o objeto deste edital, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Secretaria de Educação.

DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

76. Deverá a licitante vencedora observar, também, o seguinte:



76.1 - é expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal do Município de ITAITUBA, durante a vigência do contrato;

76.2 - expressamente proibida a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Secretaria Municipal de Educação; e

76.3 - é vedada a subcontratação total da obra objeto deste procedimento;

76.3.1 - a subcontratação parcial das obras só será admitida se previamente autorizada pela Secretaria de Educação do Município de Itaituba.

76.4. A(O) FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO convocará oficialmente a licitante vencedora durante a validade da proposta para, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, assinar digital e físico o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo do previsto no art. 81 da Lei n.º 8.666/93 e neste Edital.

76.5. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela(o) Contratante.

76.6. É facultado à(o) Presidente da Comissão(a), quando a convocada não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidos, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo, examinada, quanto ao objeto e valor ofertado, a aceitabilidade da proposta classificada, podendo, inclusive, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, ou revogar este Pregão, independentemente da cominação do previsto no art. 81 da Lei n.º 8.666/93 e neste Edital.

76.7 - a recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido neste edital caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA EXECUÇÃO DAS OBRAS

77. Caberá à licitante vencedora providenciar, junto ao CREA, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica-ART relativa a(s) obra(s) objeto da presente licitação, de acordo com a legislação vigente.

77. O responsável técnico pela(s) perfuração de poço(s) a ser desenvolvidos deverá ter vínculo formal com a licitante vencedora e deverá ser o indicado na fase de habilitação do certame licitatório

DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

78. A execução da(s) obra(s) será acompanhada e fiscalizada por servidor habilitado e designado pela Secretaria de Educação do Município de Itaituba, permitida a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição, devendo:



78.1 - promover as avaliações das etapas executadas, observado o disposto no(s) Cronograma(s) Físico-Financeiro(s); e

78.2 - atestar os documentos referentes à conclusão de cada etapa, nos termos contratados, para efeito de pagamento.

79. Além do acompanhamento e da fiscalização da(s) obra(s), a Unidade de fiscalização da Secretaria de Educação do Município de Itaituba ou outro servidor devidamente autorizado poderá, ainda, sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

80. A licitante vencedora deverá indicar preposto, a ser submetido à aprovação da Secretaria de Educação, durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que for necessário.

81. A licitante vencedora deverá manter no(s) local(is) da(s) obra(s), durante a sua execução, 01 (um) engenheiro civil inscrito no CREA e aceito pela Secretaria Municipal de Educação, que na ausência dos responsáveis técnicos, se não forem os próprios, para representá-la sempre que for necessário.

82. O representante da Secretaria Municipal de Educação anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da obra mencionada, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

83. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da Secretaria Municipal de Educação deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E EXECUÇÃO DE POÇOS

84. Após concluída, a(s) perfuração e execução de poços será recebida provisoriamente pela Secretaria Municipal de Educação, mediante termo circunstanciado, assinado pela CONTRATANTE e pela CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da obra.

85. O recebimento definitivo dos serviços de execução de perfuração de poços será efetuado por Comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, necessário à observação, ou à vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

86. A(s) execução e perfuração de poços somente será considerada concluída e em condições de ser recebida, após cumpridas todas as obrigações assumidas pela licitante vencedora e atestada sua conclusão pela CONTRATADA e atestada sua conclusão pelo CONTRATANTE.

DO ATESTO DA(S) OBRA(S)

87. O atesto das notas fiscais/faturas referente às etapas da(s) obra(s) caberá a Secretaria Municipal de Educação ou a servidor designado para esse fim.



DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

88. A despesa com a execução da(s) perfuração de poços(s) objeto desta CONCORRÊNCIA, mediante a emissão de nota de empenho, está a cargo da dotação orçamentária Exercício 2023 Projeto 0910.123610401.1.022 Perfuração Poços Artesianos nas Unidades Escolares da Zona Urbana e Rural-FUNDEB, Classificação econômica 4.4.90.51.00 Obras e instalações.

88.1 - A despesa para os anos subseqüentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada pela Secretaria Municipal de Educação do Município de ITAITUBA, na Lei Orçamentária do Município.

DO PAGAMENTO

89. Obedecido ao(s) Cronograma(s) Físico-Financeiro apresentado, a(s) licitante(s) vencedora(s) solicitará a Secretaria de Educação do Município de ITAITUBA a medição dos trabalhos executados. Após a CONTRATADA apresentar nota fiscal/fatura da(s) obra(s) executadas para liquidação e pagamento das despesa(s) pela Secretaria Municipal de Educação, no prazo de 22 (vinte e dois) dias do mês subseqüente ao(s) da(s) obra(s) executada(s).

89.1 - Somente serão pagos os quantitativos efetivamente medidos pela fiscalização;

89.2 - as medições serão efetuadas pela fiscalização, obedecendo-se o seguinte:

89.2.1 - mensalmente, em cumprimento ao(s) Cronograma(s) Físico-Financeiro, quando serão feitas as medições por uma Comissão ou Fiscal (a) da(s) obra(s), considerando-se a(s) obra(s) efetivamente executada(s) e por ela aprovados, tomando por base as especificações e os desenhos do(s) projeto(s);

89.2.2 - serão emitidos os Boletins de Medição da obra executada, em duas vias, que deverão ser assinadas com o De acordo do Responsável Técnico, o qual ficará com uma das vias;

89.2.3 - as medições deverão ser solicitadas pela CONTRATADA até o 3º (terceiro) dia útil do mês subseqüente e a fiscalização terá 02 (dois) dias úteis para executar a(s) medição(ões).

89.3 - A critério da fiscalização e no exclusivo interesse da Autoridade Competente da Secretaria Municipal de Educação, as medições poderão ser feitas considerando-se os materiais e equipamentos fornecidos e depositados no canteiro de obras. Neste caso, o valor a ser levado em conta para efeito de pagamento será o custo dos materiais e equipamentos constante das composições de custos unitários apresentadas pela licitante vencedora:

89.5 - O pagamento da(s) obra(s) somente poderá ser efetuado após a apresentação da nota

89.3.1 - entende-se por custo a cotação de preço apresentada pela licitante vencedora nesta CONCORRÊNCIA menos o BDI contratual; e

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE ITAITUBA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



89.3.2 - o BDI relativo aos materiais e equipamentos, bem, ainda, a parcela da(s) obra(s) relativa à mão-de-obra e respectivo BDI, serão pagos após a efetiva e completa aplicação dos materiais e instalação dos equipamentos e etc.

89.4 - as notas fiscais/faturas deverão ser emitidas e entregues pela CONTRATADA no Setor Financeiro do Município de Itaituba, para fins de liquidação e pagamento, até o dia 22 de cada mês, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas à contribuição previdenciária no prazo estabelecido na alínea "b", inciso I, artigo 30, da Lei nº 8.212/91, e alterações posteriores.

89.4.1 - Assim que as notas fiscais/faturas serem emitidas e entregues na Secretaria Municipal de Finanças do Município de ITAITUBA em data posterior à indicada na Condição acima, será imputado à licitante vencedora o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

89.5 - O pagamento da(s) obra(s) somente poderá ser efetuado após a apresentação da nota fiscal/fatura atestada por servidor designado, conforme disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, e verificação da regularidade da licitante vencedora junto a Receita Federal, Estadual, Municipal, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRF, Trabalhista e comprovação de Taxa de expediente quitado, no valor de R\$24,24(vinte quatro reais e vinte quatro centavos) por contrato ou termo aditivo expedido.

89.6. A taxa de expediente de contrato ou por aditivo expedido, fundamenta-se no Capítulo III, Seção II, Artigo 296 e anexo XI do Código Tributário Municipal, onde expressa que o contratado (s) deverá (ão) efetuar o recolhimento da Taxa de Expediente, em virtude de elaboração e assinatura de Contrato (s) Administrativo (s) e Termo (s) Aditivo (s), oriundos de presente processo licitatório".

89.7. A taxa corresponde a uma UFM atual do Município, no valor de R\$24,24(vinte quatro e vinte e quatro centavos), é o valor a ser pago por contrato expedido/elaborado por uma única vez. Entretanto, havendo a necessidade de elaboração de termo aditivo do respectivo contrato, implicará, também, em pagamento de taxa de expediente e assim sucessivamente.

89.8. O pagamento identificado com o número do contrato e nome da CONTRATADA em favor do CONTRATANTE, poderá ser realizado por PIX, através da chave: taxapg@itaituba.pa.gov.br.

90. O pagamento da primeira fatura/nota fiscal somente poderá ocorrer, se acompanhada dos comprovantes dos seguintes documentos:

90.1 - Registro(s) da(s) obra(s) no CREA;

90.2 - Matrícula da(s) obra(s) no INSS; e

90.3 - Relação dos Empregados - RE.

91. A Secretaria Municipal de Educação do Município de ITAITUBA reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, a(s) obra(s) executada(s), os equipamentos ou os materiais fornecidos não estiverem em perfeitas condições de funcionamento ou de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

92. A Secretaria Municipal de Educação poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela(s) licitante(s) vencedora(s) nos termos desta



CONCORRÊNCIA.

93. Nenhum pagamento será efetuado à(s) licitante(s) vencedora(s) enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e previdenciária, sem que isso gere direito a alteração de preços, compensação financeira ou aplicação de penalidade a Secretaria Municipal de Educação.

94. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira devido pela Secretaria Municipal de Educação do Município de ITAITUBA, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

94.1 - A compensação financeira prevista nesta Condição será incluída na fatura/nota fiscal seguinte ao da ocorrência.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

95. O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Secretaria Municipal de Educação do Município de ITAITUBA, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a esta CONCORRÊNCIA.

96. A Secretaria Municipal de Educação do Município de ITAITUBA poderá alterar unilateralmente o contrato nos seguintes casos:

96.1 - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos; e

96.2 - quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites previstos no artigo 65 da Lei de Licitações.



DO AUMENTO OU SUPRESSÃO DO VALOR A SER CONTRATADO

97. No interesse da Secretaria Municipal de Educação do Município de ITAITUBA, o valor inicial atualizado do contrato, neste caso, poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no art. 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

97.1 - A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor contratado; e

97.2 - nenhum acréscimo poderá exceder o limite estabelecido nesta Condição; e

97.3 - nenhuma supressão poderá exceder 25% do valor inicial atualizado do contrato, salvo as supressões resultantes do acordo celebrado entre as partes.

98. Em caso de supressão da obra, se a licitante vencedora já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Secretaria Municipal de Educação do Município de ITAITUBA pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

DAS PENALIDADES

99. O atraso injustificado na execução da obra ou o descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato sujeitará a licitante vencedora à multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia e por ocorrência sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, uma vez comunicado oficialmente.

100. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta CONCORRÊNCIA, a Secretaria Municipal de Educação do Município de ITAITUBA poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

100.1 - advertência;

100.2 - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução do contrato, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

100.3 - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de ITAITUBA pelo prazo de até 2 (dois) anos;

100.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

101. Pelos motivos que se seguem, principalmente, a licitante vencedora estará sujeita às



penalidades tratadas na Condição anterior:

101.1 - pela recusa injustificada em assinar o contrato;

101.2 - pela não apresentação da garantia de que trata este Edital;

101.3 - pelo atraso na execução da(s) obra(s), em relação ao prazo proposto e aceito;

101.4 - pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos no(s) Cronograma(s) Físico-Financeiro(s);

101.5 - pela recusa em substituir qualquer material defeituoso empregado na(s) execução da(s) obra(s), que vier a ser rejeitado, caracterizada se a substituição não ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias, ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização, contado da data da rejeição; e

101.6 - pela recusa em refazer quaisquer serviço(s) que vier a ser rejeitado caracterizada se a medida não se efetivar no prazo máximo de 5 (cinco) dias, ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização, contado da data de rejeição.

101.7 - pelo descumprimento de alguma outra condição estipulada neste Edital e em sua proposta.

102. Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do Município de ITAITUBA e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

103. Comprovado o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado e pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Itaituba, em relação a um dos eventos arrolados na Condição 101, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas.

104. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

DA RESCISÃO

105. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93.

105.1. - os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

106. A rescisão do contrato poderá ser:

106.1 - determinada por ato unilateral e escrito pela Secretaria Municipal de Educação do Município de ITAITUBA, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93,



notificando-se a licitante vencedora com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias; ou

106.2 - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração; ou

106.3 - judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

107. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

108. É facultado a qualquer cidadão impugnar, por escrito, os termos da presente CONCORRÊNCIA, até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação (Documentação), devendo a Secretaria Municipal de Educação do Município de ITAITUBA, por intermédio da Comissão de Licitação, julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis.

109. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante a Secretaria Municipal de Educação do Município de ITAITUBA a licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data marcada para recebimento e abertura dos envelopes Documentação, apontando as falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

110. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar desta CONCORRÊNCIA até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

110.1 - a impugnação interposta deverá ser comunicada à Comissão de Licitação, logo após ter sido protocolizada junto ao Município de ITAITUBA.

DA CONCORRÊNCIA

111. A critério da Secretaria Municipal de Educação do Município de ITAITUBA, esta CONCORRÊNCIA poderá:

111.1 - ser anulada, se houver ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado; ou

111.2 - ser revogada, a juízo da Secretaria Municipal de Educação do Município de ITAITUBA, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou

111.3 - ter sua data de abertura dos envelopes Documentação e Proposta transferida, por conveniência exclusiva da Administração.

112. Será observado, ainda, quanto ao procedimento desta Concorrência:

112.1 - a anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei n.º 8.666/93;

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE ITAITUBA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



112.2 - a nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado, ainda, o dispositivo citado na alínea anterior; e

112.3 -no caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

113. A critério da Secretaria Municipal de Educação do Município de ITAITUBA, esta Concorrência poderá:

113.1 - ser anulada, se houver ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado; ou

113.2 - ser revogada, a juízo da Secretaria Municipal de Educação do Município de ITAITUBA, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou

113.3 - ter sua data de abertura dos envelopes Documentação e Proposta transferida, por conveniência exclusiva da Administração.

114. Será observado, ainda, quanto ao procedimento desta Concorrência:

114.1 - a anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei n.º 8.666/93;

114.2 - a nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado, ainda, o dispositivo citado na alínea anterior; e

114.3 - no caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

DAS CONSIDERAÇÕES ESPECÍFICAS

115. As dúvidas e/ou omissões, porventura existentes nas Especificações constantes dos Anexos deste Edital, serão resolvidas pelo setor competente do Município de Itaituba.

116. Todos os trabalhos deverão ser executados por mão-de-obra qualificada, devendo a licitante vencedora estar ciente das normas técnicas da ABNT, correspondentes às obras constantes no presente edital e projetos em anexo.

117. A licitante vencedora ficará obrigada a executar fielmente as obras programadas nas especificações e nos projetos das obras, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância do Município de Itaituba.

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

119. Em caso de dúvida, a interessada deverá contatar a Comissão de Licitação do Município de ITAITUBA,

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE ITAITUBA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



na ROD. TRANSAMAZONICA C/10ª RUA ANEXO AO GINÁSIO MUN., ou pelo(s) E-mail: licitacaoi@itaituba.pa.gov.br, para obtenção dos esclarecimentos que julgar necessários.

118. A licitante deverá indicar em sua proposta, ou encaminhar até a data de assinatura do contrato, o nome e o número do telefone do seu preposto, que estará sujeito à aceitação da Secretaria Municipal de Educação do Município de ITAITUBA, para representar a licitante vencedora na execução do contrato.

119. Em caso de dúvida, a interessada deverá contatar a Comissão de Licitação do Município de Itaituba, no endereço da Diretoria de Compras, indicada no item 119, ou pelo(s) E-mail: licitacaoi@itaituba.pa.gov.br, para obtenção dos esclarecimentos que julgar necessários.

DOS ANEXOS

120. São partes integrantes deste Edital os seguintes Anexos:

120.1. ANEXOS I, II e III - PLAN/CRON/BDI/(PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - PADRÃO) DOS LOTES I A XVII: (IDENTIFICAR O NOME DO LOCAL, OBRA E LOTE DE PARTICIPAÇÃO). OBSERVA-SE QUE AS PLANILHAS DOS LOTES XVIII AO XIX, TAMBÉM, SÃO PADRONIZADAS PARA POÇOS C/ELEVAÇÃO E CAIXA D'ÁGUA.

120.2. ANEXO IV - AUTORIZAÇÃO DE VISTORIA;

120.3. ANEXO IVB - QUE VISTORIOU OS LOCAIS DAS OBRAS;

120.4. ANEXO IVC - DE SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE PARTICIPAÇÃO;

120.5. ANEXO IVD - DE MENOR DE IDADE;

120.6. ANEXO V - DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;

120.7. ANEXO VI - DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDORES NO QUADRO PESSOAL DA EMPRESA LICITANTE.

120.8. ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

120.8. ANEXO VIII - MINUTA DE CONTRATO.

DO FORO

121. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Comarca do Município de ITAITUBA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, Inciso I, alínea "d" da Constituição Federal.

ITAITUBA - PA, 31 de Maio de 2023

RONISON AGUIAR HOLANDA
Comissão de Licitação
Presidente



ANEXO - IV (A)

AUTORIZAÇÃO

Autorizamos o Senhor _____ carteira de identidade nº _____, CPF nº _____, a vistoriar o local da obra, objeto da CONCORRENCIA nº ____/2023-CP.

Local e data.

Carimbo da empresa c/ CNPJ
Representante Legal



ANEXO - IV (B)

DECLARAÇÃO

Declaramos, em atendimento ao previsto no Edital de licitação na modalidade CONCORRENCIA nº _____/2023-CP, que, por intermédio do(a) Sr(a) _____, portado r(a) da CPF(MF) nº _____ e do RG/CREA nº _____, devidamente credenciado(a) por nossa empresa _____, vistoriou o local de execução dos serviços licitados e que somos detentores de todas as informações relativas à sua execução.

Declaramos, ainda, que não alegaremos posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época da vistoria para solicitar qualquer alteração do valor do contrato que viermos a celebrar, caso a nossa empresa seja a vencedora.

Local e data

Assinatura e carimbo do profissional
(representante legal)

Visto em ____/____/____.

Assinatura e carimbo de servidor do Município

Observação: emitir em papel que identifique a licitante



ANEXO - IV (C)

DECLARAÇÃO

_____ (empresa), CNPJ n°. _____
_____, situada _____, declara sob as penas da Lei que
há a superveniência dos seguintes fatos impeditivos da habilitação na CONCORRENCIA n° ____/2023-CP.

Local e data.

Assinatura e carimbo
(representante legal)



ANEXO - IV (D)

DECLARAÇÃO

_____ (empresa), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Local e data

Assinatura e carimbo
(representante legal)



**ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDORES NO QUADRO PESSOAL DA
EMPRESA LICITANTE.**

(Razão social), CNPJ nº (informar), com sede à (endereço completo), em cumprimento ao Edital de CONCORRENCIA nº ____ /2023, DECLARA, sob as penas da Lei que não possui em seu quadro de pessoal, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado do Poder Executivo Municipal, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

Município de _____, em ____ de _____ de _____

(assinatura do representante legal do Licitante)



CONCORRENCIA Nº 005/2023-CP.

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

CONFORME ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2,
DE 16 DE SETEMBRO DE 2009, DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.

_____ (*representante do licitante*), portador da Cédula de
Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, como representante devidamente constituído de
_____ (*identificação do licitante ou do Consórcio*), inscrita no CNPJ nº
_____, doravante denominado (Licitante / Consórcio), para fins do disposto no Edital da presente
Licitação, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante / Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE ITAITUBA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Município de _____, em ____ de _____ de _____

(assinatura do representante legal do Licitante / Consórcio)



ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa _____, CNPJ nº _____, declara, sob as penas da lei, que atendo plenamente a todos os requisitos de habilitação exigidos para participar na Concorrência nº _____/2023 da Prefeitura de Itaituba-PA.

Município de _____, em ____ de _____ de _____

Assinatura e carimbo
(representante legal)